

Movimento institucionalista: principais abordagens

Institutionalist Movement: main approaches

William Cesar Castilho Pereira *

Professor Adjunto III na PUC Minas. Professor do Curso de Mestrado em Psicologia do Instituto Santo Tomás de Aquino - ISTA e do Instituto Santo Inácio - ISI.

[Endereço para correspondência](#)

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo explicitar as bases das experiências abarcadas pelo termo "Movimento Institucionalista", passando pela definição do conceito de instituição e por discussões relativas ao processo de institucionalização. Por fim, analisam-se duas das diversas correntes incluídas no Movimento Institucionalista: a Análise Institucional ou Socioanálise e a Sociopsicanálise.

Palavras-chave: Movimento institucionalista, Análise institucional, Sóciopsicanálise, Psicanálise, Materialismo histórico.

ABSTRACT

The present article has the goal of explaining the theoretical basis of experiences underlying the term "Institutionalist Movement". It starts discussing the concept of "institution" and the related process of institutionalization. Finally it analyses two of the several trends of this Movement: "Institutional Analysis" or "Social-Analysis" and "Social- Psychoanalysis".

Keywords: Institutional Movement, Institutional Analysis, Social-Psychoanalysis, Psychoanalysis, Historical Materialism.

Movimento Institucionalista: principais abordagens

O termo "movimento institucionalista" define uma série de teorias, práticas e experiências que têm como premissa a autogestão e a auto-análise ¹, objetivando impulsionar experiências coletivas criadoras de novos saberes (BAREMBLITT, 1992). Podemos citar: análise institucional, pedagogia institucional, psiquiatria democrática, sociopsicanálise, psicossociologia, esquizoanálise, sociologia clínica, grupo operativo, educação popular e outros.

Ao invés de manter uma lógica identitária, esses movimentos buscam a lógica da diferença, procurando desencadear rupturas objetivas e subjetivas em modos coagulados de experiências institucionais, contrapondo à alienação a autonomia e a expressão da alteridade. Não se trata do poder constituído e vertical, mas da concepção relacional do poder, que entende que o mesmo se exerce por relações de forças, redes que se instauram em um espaço com multiplicidade de pontos de resistência. A concepção relacional do poder significa também um poder difuso, sem lócus privilegiado, como o Estado ou as classes dominantes. As formas de dominação não são naturais nem contratuais, mas construídas como estratégias sobre a ação dos outros, e determinadas historicamente (FOUCAULT, 1990, p. 29). Assim, novos atores, antes excluídos, emergem no cenário da vida comunitária. Diferentes espaços são criados e ganham nova ordem de significados.

O que é instituição?

O conceito de instituição, que acompanha a sociologia desde o seu nascedouro, encontra abrigo em diferentes correntes, não somente neste campo disciplinar como em outros, tais como a antropologia, as ciências políticas e a filosofia e, mesmo no interior desses campos, tem sido empregado em sentidos muitos diversos, em aportes teóricos os mais distintos.

Não se pretendendo neste artigo esgotar a discussão sobre o tal conceito, tomar-se-á aqui, como ponto de partida para a discussão que se empreende, a concepção de G. Barembritt, que, de forma concisa e clara, aponta que

as instituições são lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser pautas, regularidades de comportamentos (BAREMBLITT, 1992, p.27).

As instituições são instâncias de saber que permitem a todo tempo recompor as relações sociais, organizar espaços e recortar limites. A despeito de sua forma virtual, imaginária e simbólica, não estão desvinculadas da prática social. Cada sociedade, segundo o modelo infraestrutural a que obedece, cria um tipo de instituição, que será mantida e sustentada em todos os níveis, do Estado à família, Igreja, escola, relações de trabalho, sistema jurídico, etc.

Quando há uma prevalência do instituído, as instituições e seus estabelecimentos capturam os processos de subjetivação singulares, impondo-lhes seu próprio modelo através da centralidade

do poder, do saber, do dinheiro, do prestígio, da disseminação da culpa. Por outro lado, quando as forças instituintes emergem, tem-se a possibilidade da produção de novos agenciamentos, novas composições e arranjos próprios de subjetividades livres e desejantes.

Por que nos instituímos? Essa é uma lei geral, presente em qualquer processo civilizatório. Acontece que nós, humanos, somos ruptura, salto da natureza para a cultura. Somos, sim, animais, mas animais políticos - *zoon politikon* -, tendo que criar as Leis da polis. O animal, através do instinto, obedece integralmente à relojoaria cósmica. Segundo a concepção de sujeito da Sociopsicanálise, tributária da psicanálise freudiana, a cultura é um esforço humano para lançar pontes sobre o abismo. É preciso produzir a partir da falta. Busca-se, pelo trabalho e pela linguagem, organizar o mundo social, humano e a natureza. Esse trabalho de criação e metamorfose lingüística ocorreu com a sexualidade humana, que é regida pela pulsão. O objetivo da pulsão é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional, o inconsciente. A pulsão não tem objeto fixo, como os instintos. Os objetos pulsionais têm de ser "encontrados". A pulsão não traz, em si mesma, uma harmoniosa garantia de ordem. Para que o desejo possa servir à espécie humana e ao esforço civilizatório, ele precisa ser institucionalizado. O Édipo - descoberta nuclear de Freud - é a gramática do desejo e da lei que constitui relações de parentesco e possibilidades de aliança entre os grupos humanos. Assim, em todas as instituições presenciamos os atravessamentos edípicos com seus inevitáveis sintomas: independência e dependência, liberdade e recalçamento, consciência e alienação.

Os seres falantes criam as instituições, visando à diminuição do estado de desamparo, inerente à condição humana. Espera-se que as instituições criem estruturas razoáveis de apoio para apaziguar as sensações de caos absoluto e destrutividade das relações. As grandes formações culturais têm como função proporcionar, num mundo feito de linguagem, estruturas de apoio para esses seres desgarrados da natureza.

Quando a estrutura institucional põe-se a serviço não do desejo, mas de privilégios, antiprodução e iniquidades, ela degrada-se, perde seu sentido original e transforma-se num instrumento destruidor de liberdades democráticas. A instituição desvirtuada de seu propósito trabalhará para o avesso da liberdade: a servidão. As grandes instituições e organizações geralmente temem a união dos participantes, percebendo-os como possível força de resistência. As fantasias inconscientes institucionais acreditam que a união entre os membros pode destruir a instituição. Isso é freqüente em instituições totais e constituídas de autoridades despóticas. A imposição unilateral de normas rígidas pode sacrificar, em nome de uma identidade narcisista, a própria razão de ser comunitária, que são as pessoas com seus desejos.

A trama dialética entre instituinte, instituído e de institucionalização faz com que ela seja realidade inacabada, projeto em construção. O instituinte não deve ser pensado como força que resulta em instituído, mas como relação de forças permanente, que comporta tanto o poder como as singularidades de resistência e produção de novos sentidos. Nas bordas do espaço instituído, debate-se o espaço instituinte, não previsível e inexato. Por isso, a instituição não pode ser compreendida somente como algo conservador, sem movimento contrário, face do instituído. O instituinte sobrevive encoberto no seio de toda instituição através de seu germe transformador, o desejo, iceberg do qual só vemos a ponta aguda, cuja parte submersa é uma potência energética.

Há nas instituições silêncios impostos e consciências caladas, em que a autoridade determina as condições e os parâmetros da comunicação. O rompimento desse silêncio contribui para o desmoronamento de restrições, obstáculos que vêm à tona e podem tornar-se reveladores da estrutura institucional e daquilo que chamamos "não saber", no sentido do desconhecido, do censurado pela força violenta do instituído.

Basicamente, as instituições funcionam sob a heterogestão, ou seja, geridos por outrem, por um "grande chefe". Ao contrário, o movimento institucionalista busca princípios básicos de autogestão

e auto-análise. O axioma fundamental da autogestão é a igualdade de direito e de desejo. Crê-se na autonomia dos grupos, calcada na participação, no saber, na experiência particular, estabelecendo assim formas próprias de se manter, dirigir, criticar (auto-análise). O trabalho autogestivo é acompanhado do prazer coletivo da criação, sem patrão e capataz que gozam sozinhos e narcisicamente. O sistema de autogestão implica opção política e escolha livre dos atores sociais, mudança radical das relações de poder, saber, prazer e prestígio. Portanto, não se trata simplesmente de destruir o poder centralizado, mas de resgatá-lo para os grupos. Não se entende o sistema autogestivo como um lugar onde a lei esteja ausente. A lei nesse sistema também é autogerida, visa ao direito de desejar. Ela é a grande avalista do desejo, não podendo ser entendida no sentido de coibir: ao contrário, ela é a garantidora da participação dentro dos grupos - a lei tomada como dispositivo político.

Na história dos grupos populares no Brasil, esses ideários estiveram sempre presentes, ora de forma indizível, ora visível. Essa potência jamais necessitou de agências clássicas ou de um suposto saber a conferir-lhe autoridade para deflagrar movimentos revolucionários, dando-lhe voz e legitimidade. Entre rosários de crises e acontecimentos inesperados, foram sempre capazes de emergir e ameaçar a sociedade. O processo de análise em instituições gera acontecimentos ou forças potenciais que se apropriam de reservas conscientes e inconscientes, abrindo fissuras para que o desconhecido venha à tona e seja elaborado. A palavra é condição imprescindível para que esse processo de novas representações aconteça.

Saberes e práticas institucionalistas

Ao longo do tempo, o Movimento Institucionalista tem recebido contribuições teóricas e práticas de diversos segmentos populares e acadêmicos.

No campo da religião cristã, são inúmeras as vocações orientadas por uma Utopia Ativa, como a experiência comunitária dos primeiros cristãos e a vida religiosa mendicante. Esses ideais estão também presentes nos princípios do Vaticano II, nas três Conferências Latino-Americanas e na Teologia da Libertação.

No campo da filosofia, vários autores influenciaram esse movimento desde os primórdios da filosofia grega, com os Pré-socráticos, Sofistas, Helenistas, Epicuristas e Estóicos. Da filosofia moderna, o institucionalismo inspira-se no Racionalismo Espinoziano, em Nietzsche, Bergson, Marx, Moro, Rabelais, Fourier e Bakunin.

Na área educacional, o institucionalismo encontra pensadores que propuseram práticas inventivas e introduziram o paradigma educativo denominado "Escola Nova". Foi a Escola Nova que levantou mais alto a bandeira da autonomia na instituição de educação. Na perspectiva de uma escola crítica e compromissada com as classes populares, está presente a concepção de institucionalismo como ponto convergente das instâncias econômicas, culturais, sociais, políticas e ideológicas. Nessa linha, a partir da década de 50, também estão diversos intelectuais brasileiros, como P. Freire, A. Teixeira, D. Ribeiro, M. Gadotti, D. Saviani, M. Tragtenberg e C. Brandão.

Após a Segunda Guerra, tomou corpo uma nova cultura na área da saúde mental. Nessa época, forças de intelectuais, usuários do sistema manicomial, familiares e setores populares mobilizaram-se no debate sobre o significativo "loucura". Em suas reivindicações pela democratização de direitos e pela autonomia no enfrentamento de uma nova política pública no setor da saúde mental, o movimento denominado "antipsiquiatria" transportou do espaço privado para o público o debate sobre a loucura e seus desdobramentos na sociedade. No Brasil, a antipsiquiatria tomou corpo a partir de profissionais vinculados a instituições, sindicatos, conselhos e organizações de saúde.

Também se alinha aos princípios do Movimento Institucionalista o amplo espectro dos novos movimentos sociais. Novos sujeitos, antes reprimidos ou desconsiderados socialmente, ganham a condição de atores: mulheres, gays, negros, índios, favelados.

Analisemos agora duas das diversas correntes incluídas no Movimento Institucionalista: a Análise Institucional ou Socioanálise e a Sociopsicanálise.

Análise Institucional ou Socioanálise

A Análise Institucional ou Socioanálise é uma das modalidades do Institucionalismo mais difundidas no Brasil. Protagonizada por René Lourau e Georges Lapassade a partir da década de 60, surgiu como um prolongamento da Terapia Institucional, da Pedagogia Institucional, da Filosofia, da Sociologia Política e da Dinâmica de Grupo americana de Kurt Lewin. Direcionou-se em seguida para a análise de grupos sociais (e não de indivíduos).

Trata-se de uma análise sustentada pelo coletivo, que assume a tarefa de pesquisar, questionar e analisar a história, os objetivos, a estrutura e o funcionamento da organização, além dos dispositivos, práticas e agentes grupais. No contrato de trabalho, os participantes comprometem-se a tudo dizer, sem rezear os “não-ditos” da instituição. Assim, a Socioanálise tem como objetivo ultrapassar a psicossociologia grupal e a sociologia das organizações, ao analisar as determinações ocultas dos grupos, tendo como protagonista o próprio coletivo. O papel do analista consiste em auxiliar a elucidar os conteúdos adormecidos, a fim de, na medida do possível, expor o material oculto, a partir do que os analistas institucionais denominam “dispositivos analisadores”, os quais podem ser divididos em duas categorias: construídos e espontâneos. Construídos são os dispositivos analisadores criados pelo analista e o coletivo para deflagrar o processo de análise: o resultado de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, a exibição de um filme, um psicodrama, etc. Espontâneos, por sua vez, são os fenômenos que fazem parte do cotidiano das organizações institucionais: os fundadores, a missão, o poder, o dinheiro, a sexualidade, a burocracia (leis, normas, regulamentos e constituições), a corporeidade, as práticas do estabelecimento.

A principal fonte de coleta de analisadores concentra-se na pesquisa da história da instituição. O interesse pela análise do material histórico embasa-se na premissa de que reconstruir o passado auxilia na compreensão de como o mesmo está vivo e atuante no presente e, desde já, determinando o futuro. O levantamento de dados históricos faz parte do modelo de pesquisa-ação ou pesquisa participante: constrói-se de maneira democrática, porque o pesquisador faz com que os sujeitos se transformem em protagonistas do saber. Utiliza-se a autogestão e a auto-análise: os membros do grupo não recebem do exterior um saber, mas são provocados a tomar consciência do que são e, sobretudo, de suas potencialidades.

Um dos aspectos relevantes da Socioanálise é que a equipe de analistas institucionais faz parte do processo. Existe também para ela certo desconhecimento de como as características gerais do sistema incidem no trabalho coletivo realizado; a isso se chama “análise da implicação” (BAREMBLITT, 1992). Na ocasião de intervenção, a equipe de analistas deve examinar também seus próprios conflitos e contradições.

Os sujeitos são vítimas de um desconhecimento das leis que regem a instituição e de um doutrinamento por parte das classes dominantes. “Cada coletivo de uma organização está alienado no não-saber, no não conhecer quais são as condições reais em que está trabalhando” (BAREMBLITT, 1992, p.80). No processo de intervenção, busca-se criar dispositivos para que esse “mal-dito” seja descoberto em “bem-dizer” e, assim, ser reestruturado.

Os socioanalistas organizam a "subversão" (outra versão) da instituição com a ajuda da palavra e da participação dos membros. Podemos dizer, de acordo com Lourau (1993), que a Análise Institucional tem forças de teor instituinte e entra, portanto, em contradição com o já instituído, produtor de uma imobilidade a ser quebrada com a intervenção. Portanto, o que a Socioanálise propõe é a criação de dispositivos para que o coletivo se reúna e discuta, exaustivamente, os analisadores, visando ao processo de auto-análise e autogestão.

A Sociopsicanálise e suas bases teóricas

A Sociopsicanálise foi criada por G. Mendel (1974), baseada nas teorias psicanalíticas de Sigmund Freud e no Materialismo Histórico de Marx e Hegel, ampliando assim o universo de investigação da escola analítica freudiana, antes limitada à esfera das representações psíquicas, estendendo-a para o campo das relações entre classes no seio das instituições.

Mendel vai chamar de "classe institucional" a um conjunto de pessoas responsáveis, na instituição, pelas relações sociais de produção e que possuem diferentes graus de influência sobre ela. As posições de liderança e de cada um dos liderados, longe de representar uma relação neutra, estabelecem vínculos de poder, saber, prestígio, como também seu oposto: domínio, ignorância, descrédito.

Essa questão relaciona-se ao modelo patriarcal que, muitas vezes, atravessa a vida organizacional das instituições, produzindo subjetividades de servidão voluntária. A Sociopsicanálise pretende analisar os efeitos da prática da centralização do poder, do silêncio sagrado, da culpabilidade, do medo, da dispersão e da antiprodução e, conseqüentemente, da redução do espaço político. A proposta é animar nos grupos a reivindicação de seus desejos, para que não haja falsa predominância de uns sobre outros. A capacidade de questionar e negociar mobiliza a mudança, pois escolhas antes arbitrárias e concentradas nas mãos de poucos passam a ser discutidas em escala maior, a fim de proporcionar participação de todos. Quando a classe institucional conscientiza-se do campo do político, do conflito de interesses presente na instituição, há um movimento de inovação. Por outro lado, quanto mais os sujeitos se sentem despossuídos de poder, mais apresentarão fantasias regressivas e arcaicas, em um retorno do recalçado.

Conceitos psicanalíticos, assim como o materialismo histórico de Marx, foram utilizados e reelaborados nessa concepção. Apesar das diferenças, ambos apresentam o conflito como condição fundamental da realidade, e nisso repousa a justificativa de Mendel para a articulação do psíquico com o sociológico, fazendo da Sociopsicanálise uma interseção de campos que culmina com a análise do poder nos fenômenos institucionais.

A psicanálise, modelo desenvolvido a partir do séc. XX, transformou radicalmente o pensamento ocidental sobre o homem. A razão pura, considerada pela ciência como único método capaz de levar o homem à verdade, foi desalojada de seu lugar, em favor do inconsciente. O Ser não mais estaria ao alcance, mas submerso em algo estranhamente preponderante. O complexo de Édipo, núcleo das relações humanas, tornou-se referência nas teorias que utilizam modelos freudianos. Em torno da proibição ao incesto, toda a civilização seria erguida, mas a realização de desejos incestuosos continuaria a ocorrer nas fantasias inconscientes. O ser humano permanece ligado a estádios preliminares da organização sexual, fazendo com que não se efetue por completo a ordem social imposta a seus desejos. A doença neurótica diz do impasse do sujeito, frente ao retorno daquilo que apresenta perigo para a consciência.

As instituições constituídas em torno de figuras de autoridades mitificadas, estabelecem fusão entre seus componentes e alimentam-se das pessoas que lhe são confiadas. Assumindo um lugar de onipotência, elas impedem que haja espaço para a disfunção, a desterritorização e a

singularidade. Anula-se a figura da Lei simbólica, que media os sujeitos e permite que o desejo apareça. Tem lugar a lei tirânica: a autoridade muitas vezes encarna-se num agente que se identifica narcisicamente à instituição. O discurso institucional passa então a exigir comportamentos e atitudes de extrema fidelidade e coesão. Qualquer movimento de consciência crítica e alteridade é lido como traição e retaliação aos membros do grupo. Estes, não suficientemente autônomos, tornam-se capturados por essa figura e desintegram-se em sentimentos de terror e culpa. O processo a que o modelo paternalista submete os sujeitos faz regredir a dimensão do político, permitindo aos setores conservadores institucionalizar a mudança e capturar as forças vivas em estruturas e normas organizacionais burocráticas e rígidas.

Participantes de um grupo depositam no líder toda a onipotência possível, potência imaginária com que tentam sanar suas impotências reais. A Sociopsicanálise objetiva que todos participantes assumam politicamente a produção da tarefa, tomando o lugar de sujeitos autônomos.

As instituições sociais adoecem por um modo de relacionamento ultrapassado e excessivo, que insiste em ocultar a dimensão política existente nessas relações. A proposta da Sociopsicanálise é desvencilhar os vínculos humanos desses excessos, a fim de inscrever sujeitos autônomos num sistema de relações atuais, de cuja vida possam participar, ter poder e saber e obter prazer.

A leitura marxista analisa a sociedade moderna através da expansão da divisão do trabalho e suas formas de alienação, por um lado, e do surgimento dos que possuem os meios de produção e o grupo do proletariado, por outro. Para compreender os fenômenos da divisão de classe e da alienação, Marx estudou como as sociedades são produzidas historicamente pelos cinco modos de produção: comunidade primitiva, escravagista, feudalista, capitalista e comunista. Verificou que, historicamente, uma sociedade sempre começa pela divisão do trabalho, que organiza as relações sociais instituídas a seguir.

Na luta pela sobrevivência, os humanos agrupam-se para explorar os recursos da natureza e dividir as tarefas de homens, mulheres, jovens, crianças. Surge a primeira instituição: a família e seu sistema hierárquico. Com as famílias e a troca de seus produtos entre si, nasce o comércio e a propriedade privada. Da conquista de terras e do subsequente produto da colheita e da criação de gado produz-se o excedente, maior quantidade de produtos extraídos por um determinado grupo em detrimento de outro. Vários grupos detentores do excedente passam a se impor, e instala-se uma terceira instituição social: o trabalho servil, que desemboca na escravidão. A partir daí, os mais ricos unem-se e decidem controlar o conjunto de famílias, meios e relações de produção, força de trabalho, fundando a quarta instituição social: o poder político, de onde advirá o Estado como conjunto de leis, grande avalista da classe dos possuidores, que utilizarão formas alienantes para explorar, dominar e criar em torno de si símbolos que visam perpetuar seu poder.

Assim, a classe possuidora apropria-se não só da divisão social do trabalho, da troca, dos bens, das armas, da religião, mas sobretudo do prazer e do poder político. Esse fenômeno, denominado alienação, é sustentado pela ideologia hegemônica, centrada nas mãos de poucos em detrimento de muitos. Para Marx, a alienação não é um conceito abstrato, pois se manifesta na divisão do trabalho, no surgimento da propriedade privada, na posse exclusiva do excedente por uma determinada parcela através da economia de troca e, por último, na sociedade moderna, onde o produto do trabalho deixa de pertencer ao trabalhador, criando a cisão entre sujeito e objeto, num processo de reificação do trabalhador com o fetichismo da mercadoria: "o trabalhador torna-se um bem ainda mais barato do que aquele que produz. A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta à valorização do mundo das coisas" (MARX, 1974, p.63). A mercadoria faz com que o valor de troca torne-se superior ao valor de uso e determine as relações entre os homens. Privilegiam-se as relações entre coisas, que vão definir relações entre pessoas. Com isso, a mercadoria assume formas (o dinheiro, o capital) que se convertem em realidades soberanas e tirânicas. Logo, a "humanização" da mercadoria leva à desumanização do

homem, à sua coisificação, reificação (do latim *res*, "coisa"), sendo o próprio homem transformado em mercadoria (sua força de trabalho tem um preço no mercado).

Para Marx, há duas fontes relacionadas à alienação: o processo de trabalho e a relação entre trabalhador e produto. A primeira é determinada pela fragmentação do trabalho em tarefas rotineiras, desinteressantes e sem possibilidade de simbolização e prazer. A segunda diz da sustentação da divisão de classes.

Paira sobre nós uma estrutura institucional perversa, cujo poder alojou-se dentro dos tecidos psico-libidinais, sócio-culturais e econômico-políticos, tornando, assim, possível um elevado nível de controle imperativo sobre os seres humanos e, conseqüentemente, uma forma social anômica. Este é o modelo da sociedade moderna, que tenta ao máximo mascarar a arbitrariedade do desejo de uma determinada classe hegemônica. Em toda estrutura perversa existe lei, mas o perverso não conhece outra lei que não seja a de seu próprio desejo. O sistema capitalista nega o limite, pois cada indivíduo pode, se for o mais forte, competitivo e brilhante, tudo obter. O perverso precisa do Outro, pois ele não existe sem parceiro, com quem estabelece um contrato em que existe uma cláusula implícita: "não se conhece outra lei que não seja a lei do meu desejo". Nessa concepção, é imanente ao capitalismo o controle dos meios de produção (o excedente) por parte de uma classe e a existência de uma classe subordinada de trabalhadores que nada possuem, nada têm e nada são (alienação).

Essa estrutura permite ao sistema capitalista aumentar ao máximo a produção de bens às custas de um pesado sacrifício: a alienação de si e do outro. Assim, a sociedade industrial, tecnológica e burocrática controla os indivíduos com a força do poder econômico. O homem, nesse modo de produção, sente-se impotente e fragilizado pela alienação que subordina indivíduos, transformando-os em repetição.

Há uma regressão do político ao psíquico, quando as classes não se podem desenvolver em sua amplitude, quando seus membros não conseguem definir sua identidade pelo conflito interno.

A metodologia da sóciopsicanálise

Embasado nas teorias psicanalítica e do materialismo histórico, Mendel propõe uma análise da instituição a partir das relações de poder entre classes. Ampliando o universo da escola freudiana, antes limitado à esfera das representações psíquicas e suas derivações somáticas, o autor aplica-a às relações de dominação no seio das instituições.

As classes sociais agrupam-se de acordo com o papel que cada indivíduo exerce no processo de produção e as instituições repetem esse posicionamento. Formam-se, assim, as classes institucionais, organizadas em relação ao poder. Há entre elas uma hierarquia e uma exigência interna de se obter maior poder, começando no âmbito da própria classe e seguindo pela hierarquia como um todo, no que Mendel chama "*pulsão de exigência de poder de classe institucional*". Essa situação conflituosa interclasses e interinstitucional é inscrita no sentido de uma frustração dupla: não ter poder em sua totalidade e não "vencer" as "classes antagônicas". Há uma regressão do político ao psíquico, quando as classes não podem se desenvolver e não conseguem criar sua identidade pelo conflito interno.

A dependência no mundo do trabalho é vivenciada como uma reedição da situação familiar primária, levando a um refúgio nos processos primários inconscientes. Alguns sintomas comuns são inibição afetiva, bloqueios intelectuais, boicotes, absenteísmo, acidentes de trabalho, brigas,

falta de comunicação, centralização de poder, de saber e prestígio. Há sintomas mais graves, como somatizações, delírios e toxicodependências.

Quando as relações de poder no seio de uma organização são vividas de acordo com o modo familiar, geram sentimentos de impotência. Instala-se, então, uma lógica do inconsciente que tende a substituir aquela que se baseia nas relações de produção capitalistas, resultando daí uma série de comportamentos comprometidos, como alienação, exploração e dominação.

A sociopsicanálise toma como objeto de estudo um grupo no interior de um estabelecimento, buscando fazer com que esse grupo tome consciência de seu lugar. Sua intervenção caracteriza-se por uma série de assembléias coletivas, nas quais o grupo de intervenientes deixa falar o grupo em análise. As reuniões são gravadas e escutadas pelo grupo dos sociopsicanalistas, inclusive os que delas não participaram, sendo as gravações posteriormente analisadas. As interpretações feitas a partir daí são devolvidas ao grupo-cliente.

Para a sociopsicanálise, é importante considerar a existência do ser psíquico e do ser social nos indivíduos e no coletivo. O papel do sócio-analista consiste em perceber sintomas e suas relações com a opressão entre as classes, trabalhando através da fala para que a dimensão política não seja substituída pelo viés psicofamiliar.

Considerações Finais

O movimento institucionalista, embora abranja um amplo campo teórico e prático, é o saber intersticial a sua marca principal, isto é, propostas que não se fixam, não se atêm a dogmas, mas se constituem em proposição permanente, contando com dispositivos inéditos, fluidos e desenquadrados, visando, operativamente, à autogestão das organizações. Neste artigo, enfocamos duas correntes do movimento institucionalista: a análise institucional ou socioanálise e a sociopsicanálise.

A Análise Institucional é um procedimento coletivo, que visa realizar análise dos integrantes de uma organização, as relações, as estruturas, as atitudes, as convenções e as práticas habituais. O papel do coordenador, analista institucional, é propor o surgimento do "não-dito". Para isso, é necessário criar "dispositivos analisadores" históricos, espontâneos e naturais. Os analistas organizam a "subversão" (outra versão) da instituição com a ajuda da palavra, dos dispositivos analisadores e da participação dos membros. De acordo com Lourau (1993), a Análise Institucional tem forças de teor instituinte e entra, portanto, em contradição com o já instituído, produtor de uma imobilidade a ser quebrada com a intervenção. Há uma íntima e imediata relação desses dispositivos analisadores com a consecução do processo de auto-análise e autogestão. Já que os membros do grupo assimilam um saber hegemônico sobre suas vidas, tomam consciência do grau de alienação que estão submetidos e produzem um novo clima político de gestão e administração de suas próprias organizações.

A Sociopsicanálise é uma proposta de intervenção que toma a psicanálise e o materialismo histórico como referenciais teóricos. Os indivíduos de uma organização, despossuados de poder, vêem-se submetidos a um esquema regressivo, infantilizado e extremamente culpabilizados pela figura mítica da autoridade. Tais relações promovem uma regressão do político ao psicoafetivo, ou seja, ao império do modelo psicofamiliar. A leitura marxista utilizada pelo autor, por sua vez, analisa a sociedade moderna através da expansão da divisão do trabalho e suas formas de alienação, por um lado, e do surgimento dos que possuem os meios de produção e o grupo dos despossuídos, por outro. Desse modo, Mendel estabelece um diálogo entre a psicanálise e o materialismo histórico, sinalizando como as instituições utilizam-se do desamparo fundamental dos sujeitos por meio de alienação, divisão do trabalho, exploração e mitificação da relação

hierárquica. O modo próprio de intervir da Sociopsicanálise é o que Mendel vai chamar de "classe institucional", ou seja, a responsabilização dos indivíduos na instituição pelas relações sociais de produção. A intervenção sociopsicanalítica se apresentaria como um meio de analisar os processos regressivos que impedem o funcionamento da dimensão do político na instituição.

Alguns pontos são importantes para ambas: as assembléias, a autogestão e a autoanálise. Particularizá-las, no entanto, é importante em alguns aspectos, buscando não cair no engodo de segmentá-las fixamente em correntes estanques. Em linhas gerais, talvez possamos arriscar dizer que a Análise Institucional é mais revolucionária em seu processo, enquanto a sociopsicanálise é mais moderada nas transformações que propõe. Como ponto comum, ambas reúnem-se sob a égide da palavra como possibilidade para a instituição e seus membros.

Referências Bibliográficas

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 9 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

LOURAU, R. **A análise institucional.** Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Análise institucional e práticas de pesquisa.** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

MARX, K. **O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte,** em Marx. São Paulo: Abril, 1974. (Coleção Os Pensadores, v.XXV).

_____. **O capital.** Crítica da economia política. v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MENDEL, G. **Sociopsicoanálisis 1 e 2.** Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974.

[Endereço para correspondência](#)

E-mail: williamccastilho@uol.com.br.

Recebido em: 21/03/2006

Aceito para publicação em: 12/03/2007

Notas

* Psicólogo Clínico. Analista Institucional. Doutor pela UFRJ.

¹ Para maior compreensão acerca dos conceitos de auto-análise e autogestão, sugiro a obra de G. Baremlitt, em especial, o Cap. I do Compêndio de Análise Institucional de outras correntes: teoria e prática, p.17-18.